

Novo ano arranca com incertezas, mas não isento de bons sinais

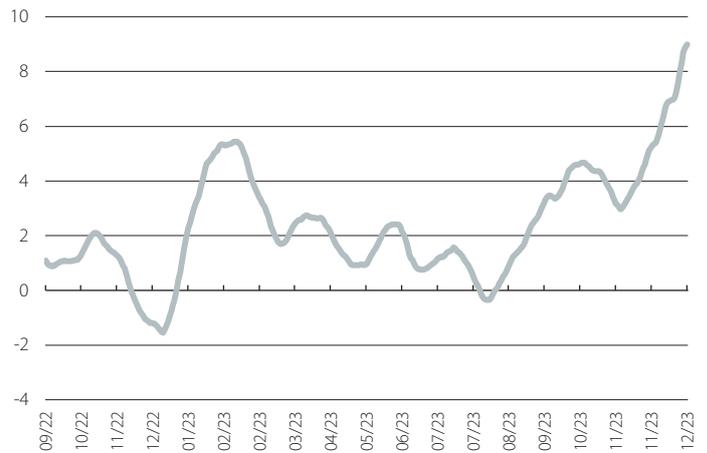
No final do ano, os indicadores revelaram tendência de recuperação. A seis dias do final do 4T, o indicador diário de atividade indicava crescimento homólogo da atividade ligeiramente acima de 6% (próximo de 2% no 3T). Do lado da procura, os indicadores relativos ao consumo aceleraram no final do ano: as vendas a retalho sem combustíveis aumentaram 2,3% em novembro e as vendas de carros aceleraram no final do ano, contribuindo para que, no conjunto do 4T, registassem um avanço de 7,9%. Este movimento foi acompanhado pela melhoria do sentimento das famílias, via comportamento mais benigno da inflação com impacto positivo no rendimento. O setor do turismo, medido pelo número de voos e pelas compras realizadas com cartões de não residentes, apresenta evoluções favoráveis. Os primeiros cresceram 7,2% homólogo no 4T e os segundos aceleraram nos meses de outubro e novembro face ao 3T, sugerindo que o setor continuará a contribuir para o reforço da capacidade de financiamento da economia face ao exterior (2,7% do PIB no 3T, o nível mais elevado desde 2013). Finalmente, o consumo de eletricidade, corrigido dos efeitos de temperatura e dias úteis, acelerou nos últimos 3 meses do ano, colocando o crescimento trimestral acima de 3,5%. Estes dados dão suporte a que, no 4T, a economia possa ter registado crescimento em cadeia em torno de 0,3%, o que, a ocorrer, colocará o crescimento anual em 2,2%, em linha com a nossa previsão de um crescimento acima de 2%. 2024 inicia com alguns fatores de incerteza, mas também com alguns fatores de suporte, nomeadamente a recuperação da taxa de poupança das famílias (6,6% do RD no 3T), a melhoria do rendimento das famílias associado ao alívio do IRS, estabilização dos custos de financiamento sinalizando o fim do ciclo de subida de taxas na UEM e possibilidade de aceleração na execução do PRR, na medida em que, nos últimos dias de 2023, Portugal recebeu a quase totalidade das 2 tranches planeadas para 2023.

Inflação com descida generalizada. A estimativa rápida do IPC de dezembro foi de 1,4% (1,5% em novembro), situando a inflação média de 2023 em 4,3%, 0,3 p. p. menos que a nossa previsão (4,6%). É o segundo mês com inflação inferior à referência dos 2% e em dezembro este movimento de moderação foi até mais transversal, em virtude das descidas mensais de preços nos principais agregados do cabaz. A saber: produtos energéticos (-2,17%); produtos alimentares não transformados (-0,93%); produtos alimentares transformados (-0,26%); e subjacente (-0,23%). Olhando já para 2024, a nossa previsão para a inflação média situa-se nos 2,4%. Por um lado, no início do ano teremos o efeito sazonal dos saldos. Por outro, o fim da medida do «IVA Zero» e aumentos já anunciados nas rendas habitacionais, mercado regulado de eletricidade e em alguns serviços como as telecomunicações. Assim, no início do ano antevemos uma maior estabilização da inflação, sendo previsível que venhamos a ajustar a nossa previsão para a inflação média nos primeiros meses deste ano.

Mercado de trabalho sinaliza lenta pioria. O desemprego registado nos centros de emprego aumentou em novembro pelo quinto mês consecutivo, ainda que se mantenha em níveis historicamente baixos (+3,0% em cadeia; +5,3% homólogo), atingindo o valor mais elevado desde fevereiro de 2023. O aumento mensal do desemprego é principalmente justificado por dois sectores, alojamento & restauração e as atividades imobiliárias, administrativas & serviços de apoio. As ofertas de emprego registadas nos centros de emprego também evoluem desfavoravelmente (-11,1% em cadeia, -17% homólogo), cerca de 13.240 ofertas de emprego (face a mais de 18.000 em média nos meses de novembro dos cinco anos pré-pandemia). De igual modo, os números do *layoff* continuam a sur-

Indicador diário de atividade: média móvel mensal

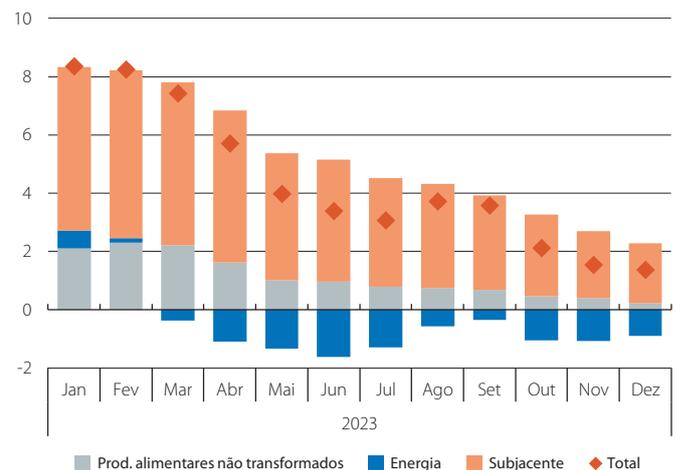
Taxa de variação (%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do BdP.

IPC: contributo para a variação homóloga

(%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Desemprego registado nos centros de emprego

(Mil indivíduos)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do IIEFP.

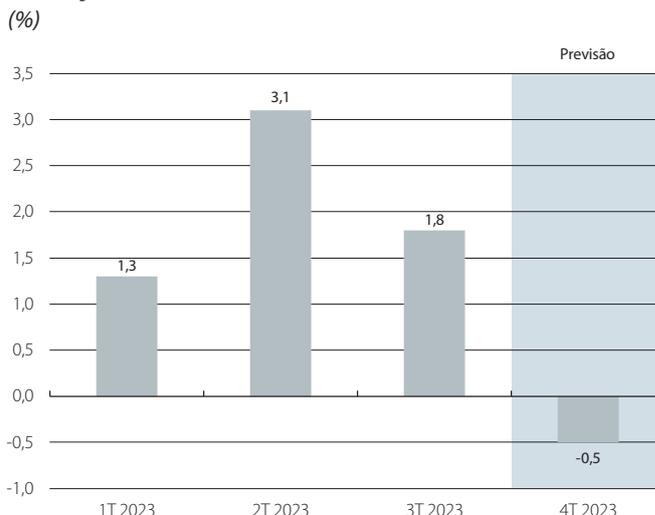
prender pela negativa: +51% em novembro (132% homólogo), o que, apesar de não ser um valor muito expressivo (representa cerca de 0,3% da população empregada), não deixa de ser um sinal de alerta. No mesmo sentido, o número de prestações de subsídio de desemprego aumentou 3,9% em novembro (+8,1% homólogo), enquanto o número de despedimentos coletivos cresceu 10,6% homólogo no acumulado dos primeiros 11 meses do ano.

Dado do 3T 2023 prolonga valorização do Índice de Preços da Habitação (IPH). Com efeito, os preços evoluíram de forma consistente, 1,8% em cadeia e 7,8% homólogo; mas em termos mais moderados do que no segundo trimestre. As transações também aumentaram em cadeia (+2%), motivadas pelo incremento de vendas de imóveis novos (+12%) e ligeiro recuo nos usados (-1%), embora os últimos continuem a representar quase 80% das transações. Com este dado, continuamos a esperar uma valorização média no preço das casas em 2023 acima de 7%, mas abaixo de 10%, e mais fraca face aos últimos anos. Os dados que temos do 4T apontam para sustentação no número de transações, mas variações mensais negativas na avaliação bancária de imóveis em outubro e novembro. A última vez em que se registou algo semelhante foi em finais de 2014 e coincidiu com recuo em cadeia do IPH (-0,3%). Teremos de esperar por finais de março para validar este comportamento.

As contas públicas seguem em terreno positivo e sem percalços. A execução orçamental em contabilidade pública revela um excedente orçamental de 2,7% do PIB até novembro (excluindo a transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA). A receita continua a evoluir de forma muito positiva (+10,4% homólogo), maioritariamente explicado pela receita fiscal e contributiva, enquanto a despesa aumentou em menor dimensão (+5,8%), com especial destaque para o aumento das despesas com pessoal e transferências correntes. Os encargos com juros também aumentaram, refletindo, essencialmente, o aumento das subscrições de Certificados de Aforro (um aumento de quase 500 milhões de euros face a igual período de 2022). Entretanto, a dívida pública diminuiu em cadeia em novembro pelo quarto mês consecutivo, atingindo o nível mais baixo desde novembro 2020. Em percentagem do PIB, estimamos que o rácio tenha ficado em 102% em novembro, abaixo do esperado pelo Governo para o final do ano (103%). Neste contexto, não é improvável que haja uma surpresa positiva e que o rácio de dívida pública caia para níveis mais próximos dos 100% do PIB. Isto poderia ser conseguido reduzindo a almofada de liquidez (que, em novembro, representava cerca de 6% do PIB) e de forma análoga ao que tem acontecido nos últimos meses.

O agravamento das taxas de juro continua sem impactos expressivos nos níveis de incumprimento. De facto, o rácio de NPLs do sector privado não financeiro diminuiu 0,3 p. p., para 3,6% no 3T 2023, uma redução explicada pela melhoria do rácio afeto a Particulares e a SNF. Apesar do montante de empréstimos *non-performing* relativos a crédito a habitação terem aumentado pelo terceiro trimestre consecutivo, continuam abaixo do registado antes da pandemia (-45%). De igual modo, os empréstimos vencidos continuam a reduzir em termos homólogos em todos os segmentos de crédito, ainda que tenham aumentado em cadeia em outubro e novembro, mas mantendo-se próximos dos valores mínimos históricos, reflexo da solidez demonstrada pelas famílias e empresas para lidar com o recente aumento acentuado das taxas de juro. Entretanto, a taxa de juro implícita do crédito à habitação continua a aumentar, mas a um ritmo substancialmente inferior: em novembro, fixou-se em 4,52%, de acordo com o INE, o valor mais elevado desde março de 2009 e quase o triplo de há um ano atrás (1,60%). Neste contexto, a carteira de crédito ao sector privado não financeiro caiu 2,0% homólogo em novembro, um comportamento transversal aos vários segmentos de crédito, exceto a carteira de crédito ao consumo, que mantém uma trajetória positiva.

Variação trimestral do IPH



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

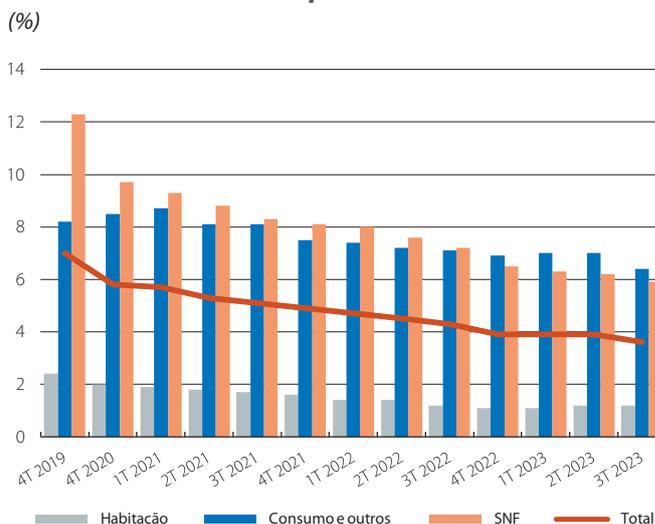
Execução orçamental (contabilidade pública)



Nota: * Corrigido da transferência do Fundo de Pensões da CGD para a CGA. O ponto representa a estimativa do Governo para o final do ano.

Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Rácio de NPLs do sector privado não financeiro



Fonte: BPI Research, com base nos dados do Banco de Portugal.

Turismo português em época alta: entre recordes e recuos

Nos três anos anteriores à pandemia as dormidas no terceiro trimestre representavam em média perto de 40% das dormidas anuais. Assim, a ultrapassagem ou não dos níveis pré-pandemia no turismo nacional em 2023 depende em boa medida do desempenho neste período.¹ É o desempenho do turismo português no (e até ao) terceiro trimestre, nas suas diversas nuances, que pretendemos abordar neste artigo.

Olhando em primeira instância para o número de hóspedes nos estabelecimentos de alojamento turístico (i.e., número de turistas), até setembro de 2023 o nível pré-pandemia já fora confortavelmente ultrapassado quer para os turistas residentes quer para os não residentes (ver primeiro gráfico). Foram mais de 23 milhões de turistas, colocando a previsão do BPI Research para o número de 2023 (29,8 milhões de hóspedes, 12% acima do nível de 2019) em terreno perfeitamente alcançável; bastando para isso que o desempenho no último trimestre seja em linha com o que se passou em 2022.

Situando o foco em particular no terceiro trimestre de 2023, um dado salta à vista: em agosto registou-se o número mensal recorde de dormidas em hotéis portugueses – superaram os 10 milhões. Não obstante estas cifras auspiciosas, se compararmos os números deste período com o homólogo de 2022, não podemos estar otimistas em toda a linha. Em particular no que diz respeito ao turismo de residentes, tendo em conta que o seu número estagnou comparativamente ao ano anterior, e, inclusivamente, as dormidas recuaram 4%.

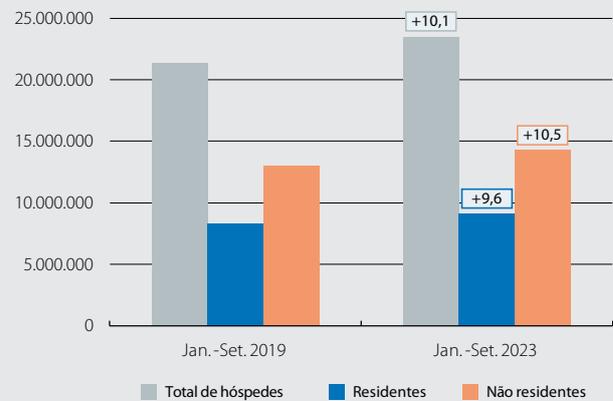
No entanto, é preciso desmontar estes números. Em primeiro lugar há nas cifras do turismo de residentes do 3T 2023 um certo efeito de base: no 3T 2022 os hóspedes residentes já tinham ultrapassado o pré-pandemia, mas isso não acontecia ainda com os não residentes. Ou seja, como o ritmo de recuperação de hóspedes não residentes foi mais tardio, é natural que as taxas de crescimento em 2023 sejam superiores comparativamente aos hóspedes residentes. Em segundo lugar, as dormidas de residentes ainda assim são superiores ao pré-pandemia (em 6%), portanto, em níveis elevados. Por último, quando vemos o detalhe por regiões desta quebra de dormidas face ao 3T 2022 verificamos que a mesma não foi transversal a todas as regiões do país – Centro, Alentejo e Norte registaram um número superior de dormidas, enquanto a RA Açores, AM Lisboa, RA Madeira e Algarve foram as regiões com quebras (terceiro gráfico). Ademais, é o recuo de dormidas no Algarve que explica em boa medida a quebra, com menos 359 mil dormidas (explica quase 90% da quebra).

Esta partição de desempenhos distintos por região dá-nos pistas adicionais para compreender a quebra de dormidas de residentes no 3T 2023 e definir uma tendência mais global em curso. Na nossa ótica, por detrás da quebra e do comportamento assimétrico entre regiões existem fatores comportamentais e fatores financeiros.

1. À data em que escrevemos ainda não são conhecidos os dados do turismo para a globalidade do ano.

Número de hóspedes

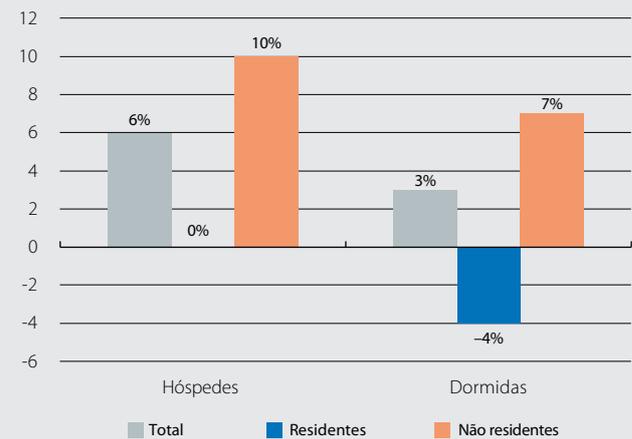
Comparação YTD Set. 2023 vs Set. 2019



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Hóspedes e dormidas

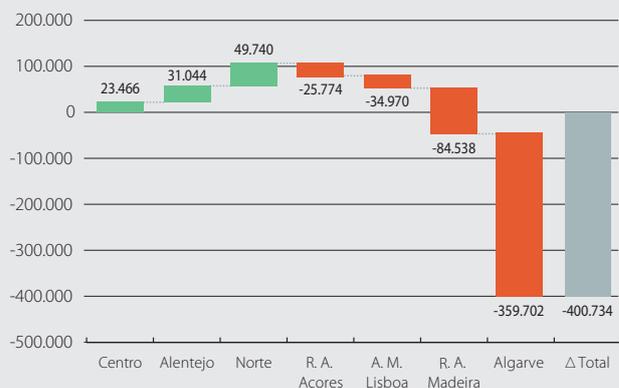
Variação 3T 2023 vs 3T 2022



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Variação das dormidas de residentes por região: 3T 2023 vs 3T 2022

Número



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

Em termos comportamentais, acreditamos que existe o prolongar de um movimento de desenvolvimento do turismo no espaço rural e de habitação, que continua a crescer e consolidar-se e que foi potenciado pela pandemia, numa altura em que se buscava maior isolamento social. Isto parece ser corroborado pelo facto de os proveitos neste tipo de alojamentos terem aumentado no 3T 2023 face ao 3T 2022, e as regiões em que as dormidas cresceram terem uma maior representatividade deste turismo (por serem regiões mais interiores do país). Em termos financeiros, é de notar que o RevPar do 3T 2023 das regiões onde as dormidas cresceram (64,8 euros) é significativamente mais baixo que o RevPar das regiões onde as dormidas quebraram (109,6 euros). Isto, juntamente com o incremento dos proveitos do alojamento local, sinalizará um virar dos turistas nacionais para opções mais baratas ou, em alguns casos, mantendo os destinos e hotéis, mas reduzindo a duração da estadia. De facto, o Algarve, registou em agosto de 2023 o RevPar mais elevado que há registo nas estatísticas do turismo nacional: 157,9 euros.² Ou seja, o número de dormidas de residentes nesta região encolheu, mas os operadores hoteleiros não sentiram necessidade de baixar preços pela via do *trade-off* entre hóspedes nacionais e estrangeiros, posicionando-se em segmentos mais elevados.

Além do que destacámos nos parágrafos anteriores, podemos colocar a hipótese de desvio de turistas residentes durante o 3T para destinos no estrangeiro por substituição de férias em Portugal. Para tentar abordar esta questão analisámos a balança de pagamentos de viagens e turismo com a finalidade de perceber qual foi o ritmo de crescimento de exportações e importações destes serviços. De facto, há dados que sugerem que isso possa ter acontecido (embora não tenhamos o detalhe destes pagamentos com periodicidade mensal para todos os países e estes valores sejam a preços correntes). Além do crescimento global das importações face ao 3T 2022 (12,1%) ter sido superior ao das exportações (11,8%), isso ficou mais visível quando analisámos algumas geografias em particular. Nomeadamente, Espanha (país geográfica e culturalmente próximo, com uma oferta muito alargada de destinos de praia e mais competitivo no que ao preço diz respeito)³ e o continente Africano (pensamos em países como Marrocos, Tunísia, e Cabo Verde, por exemplo). Como podemos ver no quarto gráfico, nestas geografias fica bem patente o ritmo de crescimento mais forte das importações, dando alguma força à tese de desvio (pelo menos de parte) das dormidas feitas por residentes em 2022 em Portugal para dormidas feitas no exterior.

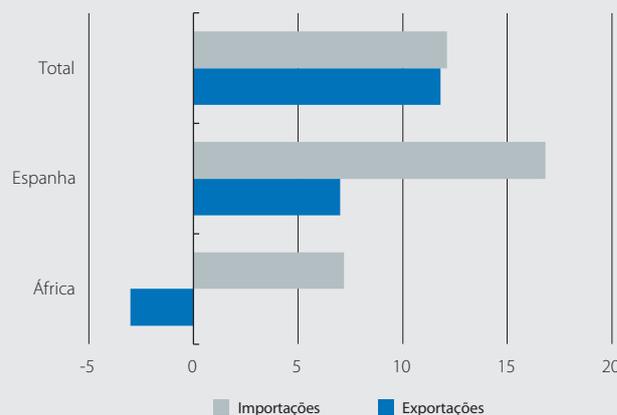
Apesar de isto poder significar uma menor acessibilidade dos turistas portugueses a fazer férias em determinados hotéis e regiões, para o setor o balanço é definitivamente

2. O Revpar médio entre junho e agosto no algarve foi de 124,7 euros (92,8 euros) no total do país) e cresceu 5% yoy. Na Europa, o RevPAR médio para o mesmo período do ano foi 117 euros (dados do site especializado airdna.co). A isto não será indiferente o facto da taxa de ocupação em Portugal ter sido a mais elevada da Europa no verão, também de acordo com o AirDNA.

3. Ver Travel & Tourism Development Index elaborado pelo World Economic Forum.

Balança de pagamentos de viagens & turismo

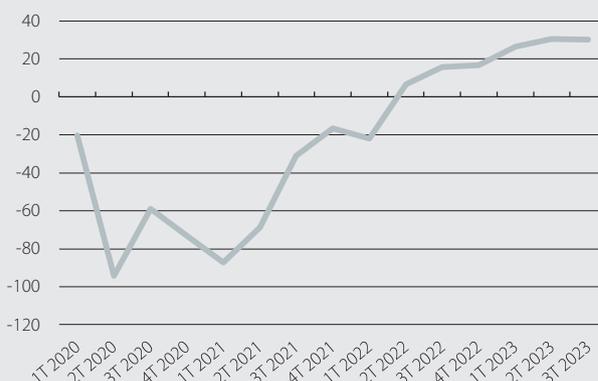
Variação 3T 2023 vs 3T 2022 (%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do Banco de Portugal.

Proveitos em estabelecimentos de alojamento turístico

Variação face ao trimestre homólogo de 2019 (%)



Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE.

positivo. Senão vejamos os proveitos totais nos estabelecimentos de alojamento turístico no 3T 2023: em termos reais (deflacionados pelo IPC), foram superiores em 30% face ao trimestre homólogo de 2019 (último gráfico) e 13% superiores face ao trimestre homólogo de 2022. Ou seja, os proveitos crescem mais do que os hóspedes, logo, há mais valor acrescentado. Além disso, no caso do Algarve, com uma taxa média de ocupação-cama ligeiramente mais baixa no terceiro trimestre deste ano, é possível prestar um melhor serviço com os mesmos recursos, proporcionando uma experiência mais satisfatória aos hóspedes e aumentando as probabilidades de um retorno. Por fim, salientar as expressivas taxas de crescimento de turistas provenientes dos EUA⁴ (+62% face ao 3T 2019), Canadá (+49%) e Suíça (+27%).

Para 2024 esperamos crescimento do setor, mas condicionado (entre outras razões) pelo abrandamento da atividade económica. Será um tema a rever nos próximos meses.

Tiago Bejejo Correia

4. A este propósito ler o Focus «Back to the future: a nova vaga de turistas dos EUA» no relatório IM07 de 2023.

PRR: como terminou 2023

Os ajustes na distribuição pelos vários países dos fundos do NGEU, em função do crescimento acumulado do PIB real em 2020-21 previstos no Regulamento do Mecanismo de Recuperação e Resiliência, no caso português, refletiram-se no incremento dos fundos atribuídos sob forma de subvenções em 1,6 mil milhões de euros. A este valor acrescem i) 3,2 mil milhões de euros sob a forma de empréstimos, pedidos pelo Governo em maio 2023 para atualização do PRR; ii) os fundos relativos ao REPowerEU (704 milhões de euros) e iii) os 81 milhões de euros relativos à Reserva de Ajustamento ao Brexit. Conjuntamente estes fundos representam um acréscimo de 5,6 mil milhões de euros ao PRR inicial, dos quais cerca de 2,4 mil milhões de euros a fundo perdido e 3,2 mil milhões de euros em empréstimos, elevando os fundos disponíveis para 22,2 mil milhões de euros. A reprogramação implica a realização de mais 12 reformas e de mais 34 investimentos face ao original, para um total de 44 e 117, respetivamente.

Este montante adicional foi redistribuído pelas três dimensões – resiliência, transição climática e transição digital –, mas em termos proporcionais, o reforço das duas primeiras foi mais significativo, destacando-se na dimensão resiliência o reforço das componentes capitalização e inovação empresarial e qualificações e competências, que visam o incremento da competitividade e resiliência da economia. Também importante é o facto de a reprogramação do PRR incluir mais uma componente, cuja finalidade é a implementação do programa REPower EU,¹ reforçando os investimentos na poupança de energia, na diversificação e aprovisionamento de energia e no desenvolvimento de energias renováveis.

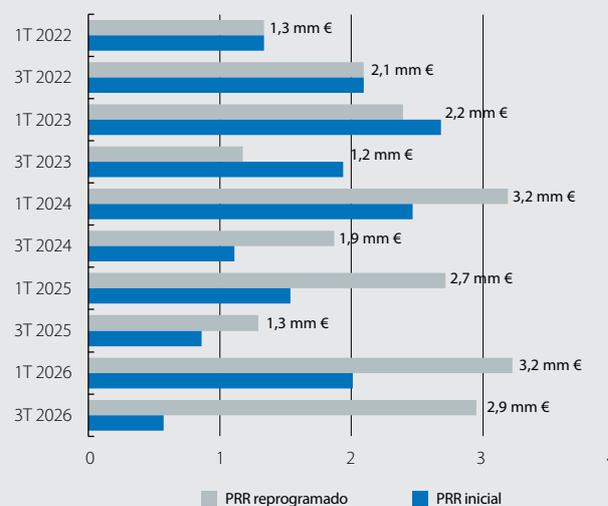
Houve também um ajuste nos montantes das tranches a serem desembolsadas ao longo do programa. Enquanto que no programa inicial, cerca de 70% dos fundos estavam programados para serem desembolsados até ao final de 2024, no novo programa, apenas é expectável que Portugal venha a receber 54% do novo pacote, o que representa o adiamento de uma parcela importante dos fundos a receber para os últimos anos do programa.

Até ao final de 2023, Portugal recebeu 7.772 milhões de euros, equivalente a cerca de 35% do total do pacote.

Relativamente à execução dos fundos, verificam-se elevados níveis de contratação e aprovação de projetos, mas ainda um baixo grau de execução dos fundos. Até 13 de dezembro, os projetos aprovados ascendiam a 15.369 milhões de euros, mas os montantes pagos aos beneficiá-

1. O Programa REPower visa: i) reduzir a dependência da Europa da importação de gás, petróleo e carvão da Rússia; ii) reforçar a autonomia energética através da transição para energias limpas, ie, reduzir em pelo menos 55% as emissões líquidas de gases com efeito estufa até 2023 e atingir a neutralidade carbónica em 2050.

Desembolsos previstos ao longo do programa



Fonte: BPI Research, com base em dados de Recuperar Portugal.

rios ascendiam a 3.134 milhões, ou seja, apenas 20% do já aprovado. A dimensão transição digital é a que apresenta maior taxa de pagamento face aos projetos já aprovados, refletindo os investimentos já executados nas escolas e no âmbito do setor público. Na dimensão resiliência, destacam-se as componentes relacionadas com as qualificações e desenvolvimento empresarial.

Para 2024, permanece o desafio de aceleração na execução dos fundos já recebidos e dos que se esperam receber de acordo com a nova reprogramação: 5,1 mil milhões de euros e 800 milhões relativos às tranches de 2023 e que ficaram retidos por não cumprimento de todas as reformas concordadas com a Comissão Europeia.

Programa de recuperação e resiliência: atualização e implementação por dimensão e componente

Situação a 13/12/2023

Dimensão	Componente	Valor inicial	% do total	Novo valor	% do total	Varição	Aprovado	Pago	Taxa de pagamento face ao aprovado
Resiliência		11.125	67	15.092	68	3.967	10.379	1.979	19
Transição climática		3.059	18	4.405	20	1.346	2.777	502	18
Transição digital		2.460	15	2.719	12	259	2.190	635	29
Resiliência	C01 Serviço Nacional de Saúde	1.383	8	1.745	8	362	1.043	203	19
	C02 Habitação	2.733	16	3.226	15	493	1.940	286	15
	C03 Respostas sociais	833	5	1.045	5	212	699	98	14
	C04 Cultura	243	1	319	1	76	225	35	16
	C05 Capitalização e inovação empresarial	2.914	18	4.912	22	1.998	4.171	848	20
	C06 Qualificações e competências	1.324	8	1.979	9	655	908	269	30
	C07 Infra-estruturas	690	4	790	4	100	690	119	17
	C08 Silvicultura	615	4	615	3	-	337	86	26
	C09 Gestão da água	390	2	461	2	71	365	52	14
Transição climática	C10 Mar	252	2	389	2	137	253	41	16
	C11 Descarbonização da indústria	715	4	737	3	22	630	97	15
	C12 Bioeconomia sustentável	145	1	145	1	-	138	22	16
	C13 Eficiência energética nos edifícios	610	4	610	3	-	343	151	44
	C14 Hidrogénio e energias renováveis	370	2	406	2	36	287	49	17
	C15 Mobilidade sustentável	967	6	1.263	6	296	1.016	142	14
Transição digital	C16 Empresas 4.0	650	4	763	3	113	399	67	17
	C17 Qualidade e sustentabilidade das finanças públicas	406	2	406	2	-	406	95	23
	C18 Justiça económica e ambiente empresarial	267	2	267	1	0	267	48	18
	C19 Administração pública - digitalização, interoperabilidade e cibersegurança	578	3	678	3	100	559	142	25
	C20 Escolas digitais	559	3	605	3	46	559	283	51
C21 REPower		0	855	4	855	110	0	0	
Total		16.644		22.216		5.572	15.345	3.133	20

Fonte: Banco BPI com base em dados de Recuperar Portugal.

Teresa Gil Pinheiro

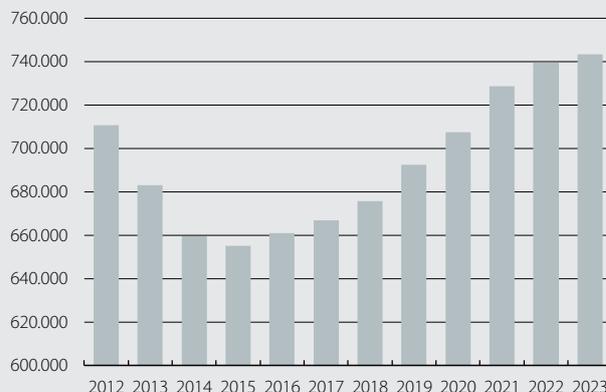
Emprego nas Administrações Públicas: que alterações houve na última década?

O número de pessoas empregadas nas Administrações Públicas tem vindo a aumentar desde 2016, tendo superado os 745.000 indivíduos na primeira metade de 2022.¹ Apesar da recente diminuição, para níveis em torno dos 743.000 nos primeiros nove meses de 2023, o número de funcionários públicos está acima do registado há 10 anos atrás; mais concretamente, existem, atualmente, mais 60.000 funcionários públicos do que em 2013. No entanto, a proporção do emprego público no total da população empregada até diminuiu neste período (de 16,5% para cerca de 15% em 2023). Este peso compara com níveis muito superiores no caso dos países nórdicos, como a Suécia, em que o emprego público atinge níveis perto dos 30% e, por outro lado, com o peso bastante mais residual em países como o Japão, abaixo dos 5%.

O emprego público é caracterizado pelo maior número de mulheres (62%, face a 59% em 2013), percentagem superior ao registado no total da população empregada em Portugal (50%). Adicionalmente, o emprego no sector público é mais envelhecido do que no conjunto da população empregada e esta estrutura agravou-se nos últimos 10 anos. Mais concretamente, os indivíduos com idade superior a 55 anos passaram de representar cerca de 19% do emprego público no final de 2013, para representar cerca de 32% no final de 2022, um comportamento que também ocorreu no conjunto do emprego da economia, mas de forma menos expressiva (de 17% para 24%). O envelhecimento dos empregados no setor público é agravado pela menor prevalência de indivíduos mais jovens: analisando os indivíduos com menos de 34 anos, a redução foi de 4 p. p., para cerca de 13% do emprego público em 10 anos, em linha com o que ocorreu no conjunto do emprego, ainda que, neste último caso, os mais jovens representem uma proporção mais elevada (em torno de 25%). De facto, o emprego dos mais jovens no sector público caiu cerca de 15% nos últimos 10 anos, contrastando com o crescimento superior a 2% no emprego total. Neste contexto, a idade média estimada na função pública era de 48,1 anos no final de 2022 (44,8 anos no final de 2013), superior aos 44,2 anos para o conjunto da população empregada (menos 2,8 anos em 10 anos),² um claro sinal do envelhecimento dos trabalhadores na função pública e da dificuldade do sector público em atrair talento mais jovem.

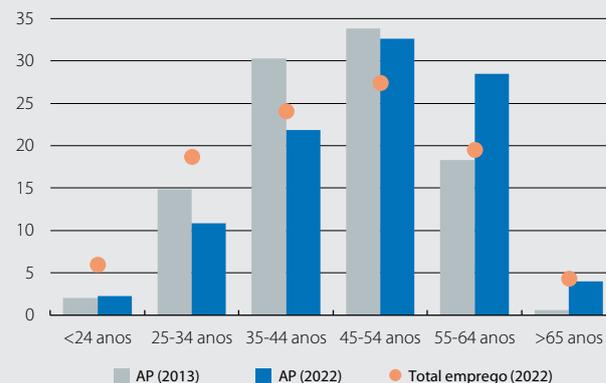
Por outro lado, o emprego no sector público é tipicamente mais escolarizado. Mais de metade das pessoas empregadas nas Administrações Públicas tinha o ensino superior no final de 2022 (face a 49% no final de 2013) e substancialmente acima do que acontece no emprego total (cerca

Emprego nas Administrações Públicas (Número de indivíduos)



Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGAEP.

Distribuição do emprego por grupo etário (% emprego)



Nota: Os pontos representam a distribuição do emprego total na economia por grupo etário.
Fonte: BPI Research, com base nos dados da DGAEP e INE.

de 32%). Em contraste, menos de 20% das pessoas empregadas nas APs tinha apenas o ensino básico, comparativamente a 36% no caso do emprego total.³

A maioria do emprego na AP recorre a contratos por tempo indeterminado, superior a 70%, com os restantes quase igualmente distribuídos entre contratos a termo e outros tipos de contrato (onde se incluem comissões de serviço, cargos políticos e nomeações). Neste caso, os últimos 10 anos não trouxeram praticamente alterações.

Os mais de 743.000 funcionários públicos estão empregados, praticamente, em três sectores: a própria Administração Pública, defesa & segurança social, a Educação e as

1. De acordo com a Direção-geral da Administração e do Emprego Público (DGAEP).

2. Esta informação é relativa aos Censos 2021, por comparação com os Censos 2011.

3. De acordo com o INE, e com base nos indicadores dos Quadros de Pessoal, a percentagem de trabalhadores no sector privado com o ensino superior era de 24,9% em 2021, atingindo os 42,7% com, no máximo, o ensino básico.

atividades de saúde humana & apoio social, sem grandes alterações nos últimos 10 anos, como seria de esperar pela natureza dos serviços públicos (serviços assentes especialmente no apoio social, defesa, escola pública, Serviço Nacional de Saúde, entre outros).

De igual modo, a larga maioria (em torno de 75%) dos funcionários públicos estão incluídos na Administração Central, seguindo-se a Administração Local (18%) e os restantes a exercer atividade nas Administrações regionais da Madeira e Açores e Fundos de Segurança Social. Em termos de área governativa, o destaque vai para a Educação e Saúde (que abrangem 46% dos funcionários públicos), seguindo-se, com um peso bastante inferior, a Administração Interna (cerca de 7%) e a Ciência, Tecnologia & Ensino Superior (6%). Nos últimos 10 anos, não houve alterações substanciais nestas proporções, destacando-se apenas o aumento do peso do emprego na Saúde (de 18% em 2013 para 21% em 2023) e redução do peso do emprego na Defesa Nacional (de 6% para 4%).

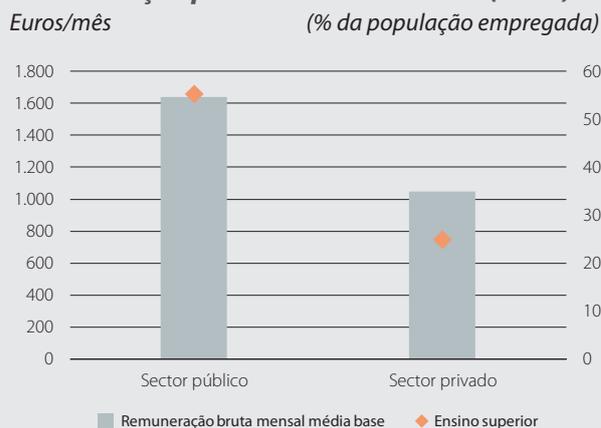
Neste contexto, não é surpreendente verificar que uma parte significativa trabalha em entidades públicas empresariais (EPE) do SNS (por exemplo, em hospitais públicos) e em estabelecimentos de educação e ensino básico e secundário. Em bastante menor dimensão, mas também com percentagens destacáveis, aparecem as Forças de Segurança e Unidades orgânicas de ensino e investigação. Não há, também neste caso, grandes alterações nos últimos 10 anos, destacando-se, ainda assim, o aumento do peso das EPE do SNS.

Existem várias carreiras na AP, mas quatro delas distinguem-se entre as restantes: as carreiras de assistente operacional/operário/auxiliar, educador de infância & docente ensino básico/secundário, assistente técnico/administrativo e técnico superior; no conjunto, representam mais de 60% do emprego público. Nestes 10 anos, a carreira de técnico superior foi a que mais contribuiu para o aumento do emprego público, seguindo-se a de enfermeiro, médico e educador de infância & docente ensino básico/secundário. Por outro lado, a queda dos trabalhadores nas forças armadas foi bastante expressiva: -29% face a 2013, uma redução de quase 9.500 efetivos.

Entre as várias carreiras, a de oficial dos registos e do notariado é a que apresenta a idade média estimada superior (de 56,9 anos), com a «carreira mais jovem» a ser a de bombeiro (40,1 anos). Esta estrutura etária destaca-se do registado há 10 anos atrás, quando a carreira com a idade superior era a de dirigente superior (com 50,8 anos) e mais baixa era nas Forças Armadas (31,6 anos). Preocupante também o agravamento da idade média no caso de algumas carreiras, nomeadamente de educador de infância e docente do ensino básico/secundário (que passou de uma idade média de 43,8 anos para 51,8 anos).

No que diz respeito à remuneração, os dados da DGAEP revelam que a remuneração base média mensal cresceu cerca de 20% nos últimos 10 anos, o que compara com cerca de 28% no caso do sector privado.⁴ Ainda assim, o

Remuneração por sector institucional (2023)



Nota: Média da remuneração registada para os primeiros 3 trimestres de 2023. Os dados da escolaridade são relativos a 2022 no caso do sector público e 2021 para o sector privado.
Fonte: BPI Research, com base nos dados do INE e DGAEP.

gap de remuneração nos dois sectores mantém-se bastante expressivo: apesar da redução em cerca de 10 p. p., ainda é de cerca de 50%, um diferencial que pode ser explicado pelo nível de qualificações mais elevado no caso do emprego público, pelo tipo de trabalho, estrutura etária (ou seja, antiguidade) e diferente forma de gestão dos recursos humanos e progressão de carreiras.⁵ Assim, a remuneração base média mensal no sector público andava em torno dos 1.640 euros em 2023, um valor que supera os 1.930 euros mensais se considerarmos o ganho médio mensal.⁶

Isto reflete-se num peso das despesas com pessoal no PIB de 10,7% em 2022, uma redução de 1 p. p. face ao registado há 10 anos atrás, e colocando Portugal no 12º lugar dos países com encargos mais elevados entre os 27 países da UE (o primeiro lugar é ocupado pela Dinamarca, com 13,6% do PIB; para o conjunto dos países da UE, as despesas com pessoal atingem os 10,1%).

Em suma, a análise do emprego público em Portugal revela uma paisagem complexa e desafiadora, agravada pelo seu envelhecimento e falta de atratividade para cativar talento mais jovem. Em última análise, este contexto pode dificultar a modernização da Administração Pública e, no limite, a capacidade de prestar determinados serviços públicos. Perante este cenário, é crucial que o Estado adote medidas proativas para enfrentar este desafio e promover um ambiente mais aliciante para os mais novos.

Vânia Duarte

4. Para o sector privado usou-se os dados da remuneração bruta mensal média disponibilizados pelo INE.

5. O Banco de Portugal estima, recorrendo a microdados e a informação mais detalhada, incorporando fatores distintos entre os dois sectores em termos de género, experiência e escolaridade, que o prémio salarial é mais reduzido, de 11% (dados de 2018-19), cerca de 6 p. p. acima do verificado para a média da Zona Euro e menos 3 p. p. face ao registado em 2008-09. Para mais informações, ver Banco de Portugal (2023). «Diferencial salarial entre os setores público e privado em Portugal». Boletim Económico junho 2023.

6. Este inclui, para além da remuneração base, prémios e subsídios ou suplementos regulares e o pagamento de horas extraordinárias.

Indicadores de atividade e emprego

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	4T 2023	10/23	11/23	12/23
Índice coincidente para a atividade	3,6	5,8	3,7	3,7	3,4	...	2,9	2,6	...
Indústria									
Índice de produção industrial	4,5	0,4	1,0	-5,0	-4,6	...	-1,1	-1,1	...
Indicador de confiança na indústria (valor)	-5,3	-3,4	-5,0	-5,6	-9,4	-9,5	-10,2	-9,1	-9,2
Construção									
Licenças de construção - habitação nova (número fogos)	13,5	6,2	9,3	0,5	7,5	...	4,6
Compra e venda de habitações	20,5	1,3	-20,8	-22,9	-18,9	...	-	-	-
Preço da habitação (euro / m ² - avaliação bancária)	8,6	13,8	12,9	9,1	8,1	...	8,2	5,6	...
Serviços									
Turistas estrangeiros (acum. 12 meses)	51,5	158,9	117,2	52,6	24,9	...	22,1	21,1	...
Indicador de confiança nos serviços (valor)	0,1	15,1	11,1	13,4	5,8	-0,2	-0,8	-1,0	1,1
Consumo									
Vendas no comércio a retalho	4,9	4,8	1,7	3,0	1,5	...	0,7	2,3	...
Indicador coincidente do consumo privado	4,9	3,9	2,1	2,8	2,7	...	2,1	1,6	...
Indicador de confiança dos consumidores (valor)	-17,2	-29,7	-35,1	-29,4	-22,8	-27,2	-25,1	-28,2	-28,2
Mercado de trabalho									
População empregada	2,2	2,3	1,4	2,8	2,2	...	1,1
Taxa de desemprego (% da pop. ativa)	6,7	6,2	7,2	6,1	6,1	...	6,7
PIB	5,7	6,8	2,5	2,6	1,9	...	-	-	-

Preços

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	4T 2023	10/23	11/23	12/23
Inflação global	1,3	7,8	8,0	4,4	3,5	1,8	2,1	1,5	1,4
Inflação subjacente	0,8	5,6	7,1	5,7	4,4	3,2	3,5	2,9	2,6

Setor externo

Saldo acumulado durante os últimos 12 meses em milhares de milhões de euros, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	4T 2023	10/23	11/23	12/23
Comércio de bens									
Exportações (variação homóloga, acum. 12 meses)	18,3	23,2	21,6	11,8	3,0	...	1,2
Importações (variação homóloga, acum. 12 meses)	22,0	31,7	24,5	12,5	1,0	...	-1,0
Saldo corrente	-1,6	-2,8	-1,2	1,5	4,1	...	3,2
Bens e serviços	-5,5	-4,7	-2,8	-0,3	2,1	...	2,0
Rendimentos primários e secundários	3,9	1,9	1,6	1,9	2,0	...	1,2
Capacidade (+) / Necessidade (-) de financiamento	2,1	-0,5	1,5	4,5	7,3	...	6,6

Crédito e depósitos dos setores não financeiros

Percentagem de variação em relação ao mesmo período do ano anterior, exceto quando é especificado o contrário

	2021	2022	1T 2023	2T 2023	3T 2023	4T 2023	10/23	11/23	12/23
Depósitos¹									
Depósitos das famílias e empresas	9,3	6,4	0,5	-2,1	-2,6	...	-2,7	-1,9	...
À ordem e poupança	16,3	7,3	-3,1	-9,0	-9,4	...	-11,4	-12,0	...
A prazo e com pré-aviso	1,2	5,2	5,4	7,5	6,9	...	9,3	11,9	...
Depósitos das Adm. Públicas	-4,1	12,4	11,1	1,4	5,5	...	8,3	0,4	...
TOTAL	9,0	6,5	0,8	-2,0	-2,4	...	-2,4	-1,8	...
Saldo vivo de crédito¹									
Setor privado	2,9	1,8	0,0	-1,2	-1,8	...	-2,1	-2,0	...
Empresas não financeiras	2,2	-0,4	-2,1	-3,5	-3,5	...	-3,9	-3,8	...
Famílias - habitações	3,3	3,2	1,5	0,1	-0,9	...	-1,1	-1,2	...
Famílias - outros fins	3,0	2,9	0,0	0,4	-0,8	...	-0,6	-0,2	...
Administrações Públicas	3,8	-2,7	-2,0	0,6	-1,4	...	-3,1	-0,5	...
TOTAL	2,9	1,7	-0,1	-1,1	-1,8	...	-2,1	-2,0	...
Taxa de incumprimento (%)²	3,7	3,0	3,1	3,1	2,9	...	-	-	-

Notas: 1. Residentes em Portugal. As variáveis de crédito incluem titularizações. 2. Dado fim do período.

Fonte: BPI Research, a partir dos dados do INE, do Banco de Portugal e Refinitiv.